



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

VINÍCIUS VIANA MATEUS

FORMAÇÃO AGROEXPORTADORA DE PERNAMBUCO: uma análise através
do modelo institucional de Douglass North

RECIFE

2025

VINÍCIUS VIANA MATEUS

**FORMAÇÃO AGROEXPORTADORA DE PERNAMBUCO: uma análise através
do modelo institucional de Douglass North**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Economia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Monteiro
Costa

RECIFE

2025

VINÍCIUS VIANA MATEUS

**FORMAÇÃO AGROEXPORTADORA DE PERNAMBUCO: uma análise através
do modelo institucional de Douglass North**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Economia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Monteiro
Costa

Profa. Dra. Ana Monteiro Costa (Orientadora)

Profa. Dra. Maria Fernanda Freire Gatto Padilha (Examinadora Interna)

Recife, 07 de agosto de 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Mateus, Vinícius Viana.

Formação Agroexportadora de Pernambuco: uma análise através de modelo institucional de Douglass North / Vinícius Viana Mateus. - Recife, 2025.
34 p.

Orientador(a): Ana Monteiro Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Econômicas - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Economia Institucional. 2. Formação Econômica. 3. Trajetória de Desenvolvimento. 4. História Econômica. 5. Pernambuco. 6. Douglass North. I. Costa, Ana Monteiro. (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

RESUMO

A presente pesquisa analisa a formação econômica de Pernambuco pela ótica da Teoria Institucional de Douglass North, com ênfase no papel das instituições na conformação das trajetórias históricas de desenvolvimento. Parte-se do pressuposto de que os agentes econômicos atuam estrategicamente para maximizar seus benefícios dentro dos limites impostos pelas estruturas institucionais vigentes. Nesse contexto, as instituições - regras formais e informais que orientam o comportamento desses agentes - não apenas restringem ou possibilitam ações, mas também moldam incentivos, consolidando padrões de continuidade histórica. Assim, a pesquisa investiga como instituições estabelecidas na formação econômica pernambucana, herdadas do passado colonial e moldadas por interesses dominantes com o objetivo de estabelecer uma grande empresa agrícola, estabeleceram um caminho de desenvolvimento marcado por persistências institucionais, explicando a trajetória econômica regional sob a lógica da dependência de trajetória (*path dependence*).

Palavras-chaves: Economia Institucional, trajetória de desenvolvimento de Pernambuco, Douglass North

ABSTRACT

This research analyzes the economic formation of Pernambuco through the lens of Douglass North's Institutional Theory, with an emphasis on the role of institutions in shaping historical development trajectories. It is based on the assumption that economic agents act strategically to maximize their benefits within the constraints imposed by existing institutional structures. In this context, institutions - formal and informal rules that guide the behavior of these agents - not only restrict or enable actions but also shape incentives, consolidating patterns of historical continuity. Thus, the research investigates how institutions established during Pernambuco's economic formation—rooted in its colonial past and shaped by dominant interests aiming to build a large-scale agricultural enterprise—have set a development path marked by institutional persistence, explaining the region's economic trajectory through the logic of path dependence.

Keywords: Institutional Economics, development trajectory of Pernambuco, Douglass North

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
1.1 Problematização.....	08
1.2 Objetivos.....	09
1.3 Justificativa.....	09
2. TEORIA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH.....	10
2.1 O papel das instituições no processo econômico.....	12
2.2 <i>Path Dependence</i> e o contexto institucional.....	13
3. AS INSTITUIÇÕES E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DE PERNAMBUCO...14	
3.1 Método para a análise institucional da formação econômica de Pernambuco.....	15
3.2 As Instituições: a análise da trajetória dependente do desenvolvimento econômico de Pernambuco.....	17
3.3 A trajetória dependente de Pernambuco considerando suas principais instituições: contribuição para a análise da formação econômica de Pernambuco, através da teoria institucional de Douglass North.....	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

Publicado pela primeira vez em 1990, por Douglass North, o trabalho intitulado *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico* introduziu a concepção da matriz institucional como uma abordagem para investigar a dinâmica econômica por meio do contexto histórico. Destacou-se a inter-relação entre instituições e o progresso econômico em regiões específicas. Segundo North (2018), dado o caráter distinto das sociedades, suas instituições também são singulares. Essas instituições são capazes de elucidar o desenvolvimento e a dinâmica socioeconômica com base em decisões econômicas, políticas, sociais e até fatores morais em um determinado contexto temporal, integrando-se ao panorama histórico da sociedade em questão.

Nesse sentido, a formação agroexportadora de Pernambuco constitui um exemplo marcante da forma como as instituições moldaram o desempenho econômico de uma região a partir de um arranjo histórico específico. Desde o século XVI, com a instalação dos engenhos de açúcar no litoral pernambucano, estruturou-se um modelo econômico baseado na monocultura canavieira, no latifúndio e na escravidão africana. Essas bases não apenas definiram a lógica produtiva da economia local, mas também consolidaram um conjunto de instituições - formais e informais - que orientavam os comportamentos econômicos, políticos e sociais da época.

Sob a ótica da teoria institucional de North (2018), essas instituições não surgiram de forma aleatória, mas foram moldadas por interesses econômicos dominantes e pela necessidade de reduzir incertezas e custos de transação em um ambiente marcado pela exploração colonial. Esse modelo institucional, ao garantir a concentração de terra, a hierarquização social e a dependência do mercado externo, estabeleceu um padrão de desenvolvimento que perduraria por séculos. Trata-se de um caso evidente de *path dependence*, em que decisões institucionais tomadas no passado condicionaram as trajetórias futuras, restringindo a diversificação econômica e a inclusão social.

No cenário brasileiro, especialmente no contexto da formação econômica, Furtado (2007) correlaciona o contexto açucareiro em Pernambuco à constituição de um ciclo econômico exploratório. Isto é, uma estrutura fundamentada na configuração de instituições que visam assegurar o máximo de lucro em um período específico,

estabelecendo as bases essenciais para a consolidação desse processo exploratório. Assim, embora as instituições possam ser suscetíveis a mudanças, conforme ressalta North (2018), elas exercem influência duradoura sobre os comportamentos subsequentes da sociedade, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas socioeconômicas contemporâneas.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Conforme enfatizado por North (2018), a singularidade institucional das sociedades não conduz a uma interpretação universal, impossibilitando a aplicação de uma análise institucional única. Essa dinâmica decorre das disparidades nos custos de transação, os quais variam conforme as características socioeconômicas específicas de cada sociedade no contexto das trocas entre seus indivíduos.

No cenário brasileiro, segundo a análise de Wanderley (1979), a diferenciação entre os eventos na Europa e o processo de expansão colonial evidencia estruturas especialmente delineadas para atender aos interesses externos associados à expansão mercantilista europeia. Isso objetivava transformar o território brasileiro em uma "grande empresa" exportadora de produtos primários. Portanto, a constituição dessa estrutura demandou a criação de instituições para assegurar lucros e reduzir os custos de transação entre a então colônia brasileira e a metrópole europeia.

Furtado (2007) adiciona a perspectiva de que essas estruturas, consolidadas durante o período colonial, representam a "raiz" dos desafios socioeconômicos nacionais. A persistência de uma estrutura sólida, resistente a mudanças substanciais, pode resultar em uma condição persistente de subdesenvolvimento, evidenciada por problemas como pobreza, concentração de renda e baixa produtividade, limitando as possibilidades de alteração a curto e longo prazo.

Diante desse contexto, surge a seguinte problemática de pesquisa: **É possível utilizar a teoria institucionalista de North para compreender o desenvolvimento da economia agroexportadora de Pernambuco?** A hipótese subjacente a esta investigação é que as instituições são formadas a partir de um processo de favorecimento a determinados grupos econômicos, de modo que possibilitem a redução dos custos de transação e a maximização dos ganhos econômicos no curto prazo, que a

história importa na compreensão das sociedades atuais, sendo a contribuição teórica de North uma ferramenta para elucidar as trajetórias que geram instituições e as modificam ao longo do tempo no processo de desenvolvimento.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a aplicabilidade da teoria institucional de Douglass North para analisar as principais instituições no contexto da formação econômica de Pernambuco

Além disso, tem como objetivos específicos: 1) Utilizar a literatura clássica sobre a questão agrária para compreender o modelo agroexportador, considerando a abordagem institucional; 2) Apresentar e analisar a formação econômica como meio de compreensão para o desenvolvimento da economia contemporânea; 3) Aplicar o conceito de *path dependence* como instrumento analítico para a compreensão do desenvolvimento econômico.

1.3 JUSTIFICATIVA

O contexto socioeconômico de Pernambuco é marcado por desafios significativos em decorrência dos elevados índices de pobreza, baixo IDH e desemprego. Furtado (2016) argumenta que tais questões são reflexos do subdesenvolvimento, uma condição originada em estruturas antigas enraizadas no processo de formação colonial. Essas estruturas, portanto, são as instituições formatadas naquele determinado contexto histórico, a fim de garantir o uso econômico extensivo da terra. As consequências, portanto, seriam estendidas em decorrência dos graves problemas sociais do estado.

Neste contexto, a aplicação da teoria institucional se revela como uma ferramenta analítica importante para aprofundar a compreensão das instituições no contexto econômico da sociedade. Seu propósito é examinar as normas e obstáculos que afetam o desenvolvimento econômico da sociedade, criando uma teia complexa de interações.

A instituições são as regras do jogo de uma sociedade ou, em definição mais formal, as restrições concebidas pelo homem que moldam a interação humana. Por consequência, estruturam incentivos no intercâmbio humano, sejam eles políticos, sociais ou econômicos (North, 2018, p. 13).

A pesquisa, ao adotar uma abordagem retrospectiva, reconhece a necessidade de compreender as raízes históricas para decifrar o contexto econômico atual. As instituições emergem como uma nova lente interpretativa para o cenário econômico global, desempenhando um papel crucial em sua aplicação no contexto brasileiro. Como salientado por Costa (2013), os fatores intrínsecos ao desenvolvimento extrapolam as fronteiras, demandando uma análise interdisciplinar que abrange as decisões das pessoas e as restrições econômicas, políticas e sociais em períodos históricos específicos.

Dentro desse quadro, a pesquisa em questão adota um enfoque específico em Pernambuco, explorando a ocupação e atividade econômica durante o processo colonial brasileiro. Focalizando-se, portanto, nas principais instituições da formação agroexportadora, que remonta ao meio rural antes da consolidação das grandes cidades, conforme observado por Wanderley (1979). Essa escolha delimitada do objeto de estudo é fundamental para uma análise aprofundada e contextualizada, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das complexas interações entre as instituições.

2. TEORIA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH

A teoria institucional proposta por Douglass North insere as instituições como elementos centrais no desenvolvimento econômico ao fornecerem estrutura e previsibilidade às interações humanas. North define instituições como "as regras do jogo", compostas por normas formais (leis, constituições, regulamentos) e informais (costumes, tradições, códigos de conduta) que orientam e limitam os comportamentos dos agentes.

Gala (2003) destaca que a importância das instituições passou de uma abordagem histórica para uma análise teórica mais sistematizada. Nesse processo, três elementos foram identificados como centrais para caracterizar a necessidade das

instituições nos processos econômicos: a incerteza, os custos de transação e as organizações. Dessa forma, as instituições surgem como resposta à incerteza inerente às relações humanas e como mecanismos de redução dos custos de transação. Elas formam, portanto, um arcabouço estável para que as decisões econômicas sejam tomadas dentro de limites previsíveis.

As organizações, por sua vez, são constituídas por grupos de agentes coordenados em torno de objetivos comuns, atuando para modelagem de instituições que forneçam a tal estabilidade ou alterar estruturas institucionais já existentes para capturar novos ganhos com a estabilidade institucional. Gala (2003, p. 289) complementa que:

Para maximizar o retorno de suas atividades, organizações investem, na margem, em atividades econômicas ou políticas. Ao se depararem com a mudança dos preços relativos e preferências - ou algum tipo de mudança no ambiente exógeno ao ambiente econômico -, têm duas opções para capturar novas oportunidades de ganho: rearranjar a relação de insumo e produto com quem trabalham sem alterar a matriz institucional sob a qual operam ou investir em esforços para mudar essa matriz de modo a poder capturar tais ganhos decorrentes de mudanças no ambiente.

Nesse contexto, os contratos entre os agentes econômicos não se formam em um ambiente desestruturado, mas são condicionados por instituições que orientam comportamentos e contribuem para a redução dos custos de mensuração e execução. Tais custos, inseridos na categoria dos custos de transação, correspondem aos recursos necessários para a formulação, fiscalização e aplicação dos acordos contratuais. A magnitude desses custos está diretamente vinculada ao nível de incerteza e à complexidade das interações econômicas. Dessa forma, quanto mais eficientes forem as instituições em estabelecer normas claras, mecanismos de *enforcement* e sistemas de incentivos adequados, menor será a incidência dos custos de transação, promovendo maior eficiência econômica e estabilidade nas relações de troca.

Desse modo, a propriedade privada assume um papel central nas transações econômicas, sendo sua efetividade dependente do reconhecimento e da garantia dos direitos de propriedade - que, segundo North (2018), podem ser assegurados por meios formais, por meio da legitimação das instituições de um Estado, ou por meios informais, como hierarquias sociais e fatores culturais. Esse respaldo de reconhecimento confere

legitimidade às relações de posse, extração de benefícios e uso dos recursos ou bens, facilitando as trocas e reduzindo a insegurança dos agentes econômicos no processo de transação.

2.1 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NO PROCESSO ECONÔMICO

As instituições, desempenhando um papel central no processo econômico, atuam como estruturas que moldam os incentivos e delimitam as possibilidades de ação de indivíduos e organizações. Ao contrário da visão neoclássica, que pressupõe agentes plenamente racionais e com acesso irrestrito à informação, a perspectiva da teoria institucional - conforme a linha de pensamento de Costa (2013) - parte do princípio da racionalidade limitada: as decisões são tomadas com base em informações incompletas, limitações cognitivas e no contexto institucional em que os agentes estão inseridos.

Na hipótese teórica de inexistência de custos de transação, os mercados funcionariam de forma plenamente eficiente - não havendo a necessidade de instituições. No entanto, como ressalta North (2018, p. 36), as instituições não surgem necessariamente com o propósito de promover a eficiência de todos os agentes econômicos. Muitas vezes, as regras formais são desenhadas para beneficiar grupos inseridos nessas organizações com maior poder de barganha, refletindo interesses particulares mais do que objetivos coletivos: “... ao menos as regras formais são antes criadas para servir aos interesses daqueles com poder de barganha para formular nova regra”.

Nesse sentido, Gala (2003) argumenta que uma matriz institucional eficiente é aquela capaz de induzir agentes ou organizações a investir em atividades cujo retorno social exceda seus custos sociais. As rupturas institucionais, portanto, tendem a acontecer quando há um descompasso entre as regras vigentes e as novas demandas socioeconômicas das organizações.

2.2 PATH DEPENDENCE E O CONTEXTO INSTITUCIONAL

A estabilidade institucional contribui para que decisões tomadas em determinados momentos históricos influenciam decisões futuras, uma vez que moldam os incentivos e restringem as escolhas disponíveis aos agentes econômicos. Dessa forma, as instituições tendem a criar padrões de continuidade institucional, ao mesmo tempo em que oferecem certa margem de adaptabilidade às transformações contextuais históricas.

Contudo, o comportamento dos agentes econômicos não se desenvolve de forma linear e previsível dentro dessas “regras do jogo”. A trajetória institucional não é linear, mas sim marcada por momentos de inflexão, nos quais a direção do desenvolvimento institucional pode ser alterada.

Nesse sentido, Fernandes (2013) destaca a importância dos momentos críticos - isto é, conjunturas históricas específicas que inauguram novas trajetórias institucionais e condicionam o futuro das estruturas sociais, políticas e econômicas. Complementando essa perspectiva, North (2018) argumenta que a mudança institucional ocorre por meio da interação contínua entre instituições e organizações, dentro de um ambiente caracterizado pela escassez de recursos e pela competição. Esse processo dinâmico evidencia que as instituições não apenas moldam, mas também são moldadas pelas estratégias e ações das organizações, em um ciclo de retroalimentação que influencia o desempenho econômico ao longo do tempo.

Basicamente o momento crítico é uma conjuntura de transição política e econômica experimentada por estados, mas também por sistemas políticos e econômicos, caracterizada por um contexto de profunda inovação, seja ela provocada por uma revolução ou realizada através de uma reforma institucional. O tempo de duração desse momento crítico pode ser de anos ou até de décadas. (Fernandes, 2013, p. 179)

As trajetórias institucionais devem ser analisadas ao longo de um determinado período histórico, pois, como destaca Fernandes (2013), as instituições tendem a se autorreforçar com o tempo por meio dos lucros obtidos, do aprendizado organizacional, dos *feedbacks* positivos, dos investimentos específicos e do acúmulo de conhecimento

institucional. Esses mecanismos tornam necessário um horizonte temporal amplo para compreender plenamente a dinâmica e a persistência das instituições.

Se essa matriz estimula os ganhos produtivos, as empresas e organizações serão promotoras do desenvolvimento. Do contrário, procurarão manter sua subsistência através de atividades pouco férteis. (Lopes, 2013, p. 624)

Dessa forma, a dinâmica institucional também está profundamente relacionada ao papel dos modelos mentais. Para Fernandes (2013), os indivíduos, inseridos em um contexto socioeconômico específico, constroem representações cognitivas da realidade a partir de suas experiências, da aprendizagem acumulada ao longo do tempo e da influência da cultura. Esses modelos mentais são estruturas cognitivas internalizadas que orientam a forma como os agentes percebem o mundo, interpretam informações e tomam decisões em contextos marcados pela incerteza. Diante da limitação e imperfeição do conhecimento humano, tais modelos funcionam como instrumentos fundamentais para a ação, permitindo que os indivíduos atuem mesmo na ausência de informações completas, permitindo percepções sobre o que é justo ou legítimo, a confiança depositada nas instituições, a disposição para cooperar ou competir e os limites do que é concebido como possível ou imaginável dentro de uma determinada ordem institucional.

3. INSTITUIÇÕES E FORMAÇÃO ECONÔMICA DE PERNAMBUCO

Ressalta-se a escassez de uma literatura específica voltada à aplicação da Teoria Institucional ao contexto socioeconômico de Pernambuco. Embora North (2007) constitua a principal referência teórica desse campo, outros autores, como Gala (2003) e Costa (2013), contribuíram para a ampliação e o aprofundamento da abordagem institucionalista, especialmente no que diz respeito à base para adaptação à aplicação da teoria institucional.

No âmbito da historiografia econômica e da interpretação das estruturas socioeconômicas brasileiras - tanto no que se refere à formação econômica nacional quanto às especificidades regionais - destacam-se os trabalhos de Wanderley (1979), Furtado (2007) e Andrade (2006). Esses autores oferecem importantes aportes analíticos para a compreensão dos processos de acumulação de capital, da organização da produção e da distribuição da renda no Brasil. Apesar disso, suas abordagens não se alinham diretamente à perspectiva do institucionalismo econômico, tal como consolidada por North, cuja obra foi reconhecida com o Prêmio Nobel de Economia em 1993.

Importante destacar que tais instituições não se restringem ao plano formal - ou seja, não são necessariamente codificadas por meio de leis ou regulamentações. Conforme propõe Costa (2013), instituições podem ser compreendidas como construções mentais que orientam a forma como os agentes interpretam e interagem com o ambiente. Tais interpretações condicionam o comportamento dos agentes econômicos, sobretudo no que se refere às estruturas políticas e econômicas em que estão inseridos.

Como aponta Gala (2003, p. 289):

Ao abrigar instituições - formais e informais - de uma sociedade num momento específico do tempo, a matriz institucional será responsável por definir o vetor de estímulos para os diversos agentes sociais, especialmente os envolvidos em atividades econômicas.

Dessa forma, a análise dessa matriz institucional em um contexto histórico específico destaca o dinamismo inerente à teoria institucional. Adota-se, assim, uma perspectiva histórico-analítica que contribui para elucidar os fatores e motivações que influenciaram a configuração da economia regional e o comportamento dos agentes econômicos em suas decisões.

3.1 Método para a análise institucional da formação econômica de Pernambuco

3.1.1 Seleção de Instituições

A fundamentação para a seleção das instituições objeto de estudo foi estabelecida com base na obra "*Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*" de Maria de Nazareth Wanderley (1979). De acordo com as conclusões de Wanderley (1979), a sucessão de eventos transcorreu da seguinte maneira: 1) a **monocultura**, assumindo a posição do açúcar principal de atividade econômica de Pernambuco; 2) a **escravidão**, constituindo a força de trabalho capaz de gerar valor; 3) o **latifúndio**, representando a fomentação do capital fundiário destinado à produção. Dessa forma, essas três instituições foram escolhidas como base de aprofundamento deste estudo.

Wanderley (1979, p. 20) também complementa que:

É, com efeito, esta última forma [propriedade privada], que será estimulada no Brasil, particularmente nas regiões açucareiras. Incidindo à terra, os meios de produção do açúcar - e sobre os escravos, ela deverá constituir a garantia para os investimentos necessários à exploração econômica da colônia. Por esta razão, segundo os próprios desígnios da política metropolitanos, as três propriedades acima referidas deveriam ser inseparáveis.

Apesar da existência de diversas instituições na formação agroexportadora de Pernambuco, a decisão de reduzir o número de instituições consideradas é importante para assegurar uma análise mais robusta. Subsequentemente, para uma análise mais aprofundada, cada uma dessas instituições selecionadas será examinada individualmente em tópicos específicos.

3.1.2 Tipo de pesquisa

Este estudo seguirá uma abordagem descritiva e analítica, sendo elaborado mediante a análise de livros e artigos científicos por meio de pesquisas bibliográficas, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa de natureza qualitativa.

A integração de recursos provenientes de várias disciplinas é crucial para o êxito na condução desta pesquisa. Ao reunir diferentes áreas de conhecimento como economia, história e ciências sociais torna-se possível obter uma compreensão mais abrangente da evolução socioeconômica, política e histórica da sociedade, bem como da compreensão institucional. North (2018, p. 9), adicionalmente, complementa que:

A história importa. Importa não só porque podemos aprender com o passado, mas também porque o presente e o futuro estão relacionados com passado por meio da continuidade das instituições em uma sociedade.

Assim sendo, a análise crítica e subjetiva integram-se organicamente ao processo de produção da pesquisa, considerando a natureza do material utilizado e as considerações finais que serão apresentados posteriormente.

3.2 AS INSTITUIÇÕES: a análise da trajetória dependente do desenvolvimento econômico de Pernambuco

Analisar a trajetória do desenvolvimento econômico através das instituições envolve adentrar no comportamento dos agentes em meio ao contexto de maximização dos benefícios, em meio às restrições impostas pelo arcabouço institucional, assim como incentivos para inovação e avanço da tecnologia, de modo a impactar na utilização dos fatores de produção ao longo prazo.

Fernandes (2013) destaca a importância do processo político-institucional na conformação da organização econômica. O exercício político torna-se um elemento central, uma vez que o poder político exerce influência direta sobre as organizações econômicas. Nesse cenário, as organizações políticas tendem a operar em favor dos grupos dominantes, alinhando-se à correlação de interesses. Esse alinhamento tanto preserva a estabilidade institucional quanto orienta as mudanças institucionais de forma a manter ou reforçar a posição desses grupos. Para os agentes econômicos, isso implica a necessidade de adaptação constante às regras do jogo político-institucional, com impactos diretos na previsibilidade, nos custos de transação e nos riscos associados à implementação de novas atividades. “Em outras palavras, a política é uma contínua luta

entre interesses e por isso é difícil distinguir entre estabilidade e mudança” (Fernandes, 2013, p. 183).

É necessário, portanto, observar nas grandes narrativas históricas comparadas as estratégias dos atores que provocam mudanças incrementais na trajetória e evoluem chegando ao resultado de inovação institucional observada no momento crítico. (Fernandes, 2013, p. 183)

A trajetória institucional de Pernambuco revela um ciclo de organização política iniciado no exterior, inserido no contexto mais amplo do processo de organização econômica voltado para a colonização e a exploração do território. Desde os primórdios da ocupação portuguesa, a construção institucional local foi profundamente moldada por interesses externos, especialmente os da metrópole, que impuseram um modelo agroexportador. Lopes (2013, p. 623) destaca que “Estudando-se a história é possível observar como os seres humanos agem sobre sua estrutura de incentivos (instituições) no sentido de viabilizar o atraso ou a prosperidade econômica.”

Nesse processo, os agentes econômicos - proprietários de terra, senhores de escravos e trabalhadores livres - não foram apenas executores passivos de uma lógica imposta de fora. Inseridos nesse contexto de modelos mentais, eles perceberam o mundo ao seu redor a partir de modelos internalizados de dominação, produção e poder. A partir dessas percepções, tomaram decisões, reagiram a incentivos e a restrições, e contribuíram ativamente para a construção e a consolidação de instituições.

Essas instituições, por sua vez, moldaram os limites e as possibilidades de ação dos próprios agentes, formando um ciclo de retroalimentação que reforçou o modelo vigente. Na definição dos modelos de exploração viáveis ao longo dos séculos, a escolha institucional - frequentemente orientada pela maximização de renda da terra e pela manutenção da ordem social hierárquica - privilegiou estruturas concentradoras de poder e riqueza.

3.2.1 MONOCULTURA

A formação da monocultura do açúcar no Brasil está diretamente ligada ao processo de acumulação mercantil que ocorria na Europa entre os séculos XV e XVII. Esse processo, que ficou conhecido como mercantilismo, tinha como objetivo central a ampliação da riqueza das nações europeias por meio do comércio, da exploração colonial e da centralização do poder nas mãos dos Estados. As Grandes Navegações, iniciadas no século XVI, são um marco desse período, pois representaram o esforço dos países europeus, especialmente Portugal e Espanha, em buscar rotas comerciais alternativas para obter especiarias, metais preciosos e outros produtos valiosos no mercado europeu.

Portugal, como uma das potências marítimas da época, organizou sua expansão colonial a partir de uma lógica voltada para o comércio internacional. Quando iniciou a colonização do Brasil, a Coroa portuguesa procurava atividades econômicas sistemáticas que pudessem garantir lucros constantes e fortalecer sua posição econômica na Europa. Inicialmente, a exploração do pau-brasil foi a principal atividade, baseada no extrativismo e em parcerias com populações indígenas. No entanto, essa atividade não era suficiente para garantir a inserção do Brasil de forma permanente e lucrativa no comércio global.

A exploração econômica de terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em escala na Europa. O principal produto da terra - o trigo - dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados - em razão da insegurança do transporte a grandes distâncias - que somente os produtos manufaturados e as chamadas especiarias orientais podiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria de enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da América. É de fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia desse empreendimento. (Furtado, 2007, p. 29)

A economia açucareira implantada no Brasil foi, portanto, fruto direto da integração da colônia ao sistema econômico europeu. De acordo com Furtado (2007), o capital necessário para implantar os engenhos de açúcar - infraestrutura, mão de obra e comércio - veio principalmente de dois centros: o capital mercantil holandês, que

financiava e distribuía o açúcar no mercado europeu, e, em menor escala, o capital português, que organizava a produção na colônia.

Dessa forma, a institucionalização do açúcar enquanto recurso remete às organizações enquanto mobilizadoras dos recursos e agentes em prol desse produto, de modo a consolidar estruturas garantissem reprodução do sistema agroexportador e a manutenção das relações associadas à sua produção.

(...) era essa uma economia de elevadíssimo coeficiente de importações. Com efeito, não obstante a quase inexistência de fluxo monetário dentro da economia açucareira, o seu grau de comercialização era muito elevado. A alta rentabilidade do negócio induzia à especialização, sendo perfeitamente explicável — do ponto de vista econômico — que os empresários açucareiros não quisessem desviar seus fatores de produção para atividades secundárias, pelo menos quando eram favoráveis às perspectivas do mercado de açúcar. A própria produção de alimentos para os escravos, nas terras do engenho, tornava-se antieconômica nessas épocas. A extrema especialização da economia açucareira constitui, na verdade, uma contraprova de sua elevada rentabilidade. (Furtado, p. 92 e 93)

Wanderley (1979) explica que a colonização brasileira deve ser entendida como uma continuação das transformações que ocorriam na Europa. Não se tratava de um processo isolado ou apenas local, mas de uma estratégia deliberada para integrar os territórios coloniais ao desenvolvimento europeu. A função da colônia era produzir bens que enriquecessem a metrópole, e não desenvolver internamente uma economia diversificada.

Andrade (1974) destaca que o açúcar não era apenas uma atividade econômica lucrativa, mas também uma base de poder político regional. Quem controlava os engenhos e a terra detinha também grande influência sobre a vida local, o que consolidava uma estrutura de poder hierarquizada e excludente.

A civilização do açúcar, aqui desenvolvida, foi uma civilização eminentemente rural, de vez que destinada a produzir um produto primário cuja industrialização tendo que ser feita imediatamente após a colheita (...) Era uma civilização que tendia a provocar uma nítida divisão da população em classe ou estratos sociais de vez que obrigava o proprietário de terras a possuir grandes extensões - para, nos moldes da época, tornar o negócio rendoso - propriedade de milhares de hectares, a possuir uma numerosa escravaria... Daí dar origem a uma Aplicar o conceito de path dependence como instrumento analítico para a compreensão do desenvolvimento econômico.sociedade, em

que o proprietário de terras e de escravos ocupava o ápice, tendo um poder sem limite sobre todos que habitavam as suas terras e obedecem suas ordens. (Andrade, 1974, p. 176)

As organizações econômicas e políticas se misturavam - de modo que o poder de barganha e do direito de propriedade eram assumidos pelos mesmos que possuíam a atividade econômica principal.

Dessa forma, a organização produtiva baseada em latifúndios refletia uma estrutura institucional na qual a Coroa portuguesa delegava aos senhores de engenho poderes típicos de um Estado incipiente. A normatização, a coerção da força de trabalho e a administração da ordem social eram funções transferidas ao capital fundiário. Em contrapartida, a metrópole garantia o direito à propriedade e à exploração econômica da terra, consolidando um arranjo institucional que assegurava baixos custos de transação.

(...) os lucros eram o único tipo de renda que se deixava influenciar pelas modificações de produtividade, fosse esta de natureza puramente econômica (melhora nos preços relativos) ou resultasse da introdução de uma melhora tecnológica. Se ocorria uma redução no ritmo da atividade produtiva para exportação, reduziam-se os lucros do empresário, mas ao mesmo tempo se criava uma capacidade excedente de trabalho, a qual podia ser utilizada na expansão da capacidade produtiva. Se não havia interesse em expandir essa capacidade produtiva, o potencial disponível de inversão podia ser canalizado para obras de construção ligadas ao bem-estar da classe proprietária ou outras de caráter não reprodutivo. (Furtado, 2007, p. 90)

3.2.2 ESCRAVIDÃO

Segundo Wanderley (1979), nos primeiros momentos da colonização portuguesa, a mão de obra utilizada era majoritariamente indígena. No entanto, os povos nativos, por conhecerem profundamente o território, apresentavam maior propensão à fuga e à resistência, dificultando sua submissão ao modelo produtivo imposto pelos colonizadores. Nesse estágio inicial, a economia colonial era essencialmente extrativista, centrada na exploração direta dos recursos naturais e caracterizada por um

baixíssimo nível tecnológico. A transformação dos insumos ocorria manualmente, fazendo do trabalho humano o principal recurso empregado nas atividades econômicas.

Com o desenvolvimento do sistema agroexportador, sobretudo com a consolidação da produção açucareira, a mão de obra africana escravizada passou a compor a principal força de trabalho nas colônias. A Coroa portuguesa se beneficiava amplamente do tráfico negreiro, tanto por meio da cobrança de impostos sobre a importação de escravizados quanto pela transferência de renda à burguesia mercantil metropolitana. Esta, responsável pelas feitorias e operações comerciais, reforçava a articulação entre a economia colonial e os interesses do capitalismo mercantil europeu. Dessa forma, a escravidão não se restringia a uma prática econômica local, mas constituía um elemento estrutural de uma lógica global de acumulação primitiva de capital.

O escravo africano constituía um negócio muito mais rentável ao grande capitalista, mas de maneira geral não estava ao alcance do pequeno produtor. Por outro lado, as atividades agrícolas dessas colônias tampouco justificaram as grandes inversões. Explica-se que a que a importação de mão de obra europeia em regime de servidão temporária tenha continuado nas colônias mais pobres e haja sido excluído na colônia mais ricas, não obstante fosse amplamente reconhecido que o trabalho escravo era o mais barato. A transição para o escravo africano só se realizou ali, onde foi possível especializar num artigo exportável em larga escala. (Furtado, 2007, p. 60)

No que tange à perspectiva institucional, North (2018) destaca que a complexidade das relações socioeconômicas implicava o aumento dos custos de transação, especialmente em contextos marcados pela informalidade e pela ausência de instituições consolidadas para a mediação de conflitos. Segundo o autor, a impessoalidade nas trocas econômicas exige a atuação de uma terceira parte neutra para garantir a execução dos contratos. Contudo, no contexto colonial brasileiro, essa função era muitas vezes assumida de forma difusa ou inexistente, sendo transferida ao detentor do capital fundiário, representado pela figura do senhor de engenho. Este concentrava o controle sobre os direitos de propriedade e sobre os principais meios de produção, incluindo a terra e os trabalhadores escravizados.

Os indivíduos escravizados eram considerados propriedade privada, compondo o capital fundiário dos senhores de engenho. Essa forma de apropriação transformava

seres humanos em bens de capital, destituídos de mobilidade e submetidos ao trabalho compulsório. Os senhores de escravos assumiam os custos associados à manutenção da força de trabalho - contratos que, no caso da escravidão, não se baseavam no consentimento mútuo, mas sim em coerção violenta. Como agentes produtivos, os escravizados não detinham qualquer grau de liberdade contratual ou poder de barganha, sendo completamente subordinados à vontade de seus proprietários.

Wanderley (1979, p. 22) observa: “Enquanto na relação que se estabelece entre o proprietário feudal e o servo, o produtor direto possui seus próprios meios de produção, no caso da economia escravagista, o escravo”. Além disso, Furtado (2007), remete para o elevado custo relacionado à aquisição, transporte e manutenção da força de trabalho escravizada. Complementarmente, North (2018) ressalta que a assimetria informacional e a falta de transparência nas relações econômicas aumentavam os custos de transação, dificultando o controle e a previsão do desempenho produtivo dos trabalhadores escravizados. Nesse cenário, a intensificação do uso da força de trabalho era uma estratégia deliberada de maximização da produtividade, ainda que se operasse dentro de um modelo tecnologicamente rudimentar e socialmente excludente.

Segundo North (2018, p. 62):

Para obter empenho máximo do escravo, o dono precisa destinar recursos para monitorar e medir a produção, conferindo criteriosamente gratificações e punições com base no seu empenho. Como há crescentes custos marginais para mensurar e fiscalizar o desempenho, o senhor exercerá a fiscalização somente até o ponto em que os custos marginais se equipararem aos benefícios marginais adicionais decorrentes de tal atividade.

Portanto, os contratos escravistas não envolviam livre escolha ou competição. A violência institucionalizada era o principal mecanismo de regulação, e a informação desempenhava um papel secundário ou mesmo irrelevante, dada a natureza coercitiva dessas relações. O poder de barganha, enquanto conceito relacionado à negociação entre partes com interesses distintos, perde sua aplicabilidade nesse contexto, já que a condição de escravizado implicava a negação da autonomia individual.

Wanderley (1979, p. 24) destaca que “é importante salientar, a este respeito, que as relações estabelecidas entre o senhor de engenho e os demais agentes sociais

referidos têm um caráter eminentemente econômico. Não se trata, pois, de coerções jurídico-ideológicas, como ocorria nas relações feudais entre senhores e servos”. Assim, diferentemente do feudalismo europeu, onde havia vínculos e certa reciprocidade institucionalizada entre senhores e servos, no caso da escravidão brasileira, o vínculo era estritamente econômico e baseado na propriedade absoluta do senhor sobre o escravizado. Nesse arranjo, a propriedade privada - seja da terra, seja das pessoas - constituía o fundamento da estabilidade econômica das elites, consolidando um modelo de exploração cuja lógica excluía o reconhecimento do escravizado como sujeito detentor de direitos de propriedade.

A escravidão, como instituição de exploração sistemática da força de trabalho, consolidou-se desde o período colonial e manteve-se como pilar da estrutura socioeconômica brasileira até o final do século XIX. A abolição formal da escravidão em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, marcou o fim jurídico do regime escravocrata, mas não promoveu transformações estruturais significativas na ordem social e econômica. Como observa Wanderley (1979), a escravidão apresentou notável estabilidade institucional, moldando profundamente as relações de poder, propriedade e trabalho.

A ruptura institucional ocorreu no âmbito formal, com o fim legal da escravidão, mas não se traduziu, no plano informal e concreto da vida social, em mudanças efetivas na distribuição de recursos na mudança institucional. Como argumenta Furtado (2007), o poder econômico e a capacidade de negociação continuaram concentrados nas mãos das elites fundiárias, que, mesmo após a abolição, conservaram o controle sobre os principais meios de produção e sobre o Estado através das organizações econômicas e políticas. Assim, a abolição, embora formalmente decretada, representou uma transição do status de propriedade para o de sujeitos de direito de propriedade. Nesse processo de mudança institucional, os então ex-escravizados - e os seus descendentes - foram forçados a se adaptar à lógica do trabalho assalariado capitalista.

3.2.3 LATIFÚNDIO

Integrando a ideia de “grande empresa exportadora” de Furtado (2007), a formação de grandes propriedades agrícolas remete a um projeto político-econômico de exploração da terra de modo a encontrar uma solução rápida ao processo de ocupação.

Para obter os recursos necessários à fabricação dos engenhos, os proprietários tiveram, frequentemente, que recorrer a empreendedores coloniais, permitindo que a burguesia comercial europeia se associasse ao processo de produção implantado na colônia. (Wanderley, 1979, p. 20)

O modelo agroexportador adotado no Nordeste brasileiro baseava-se em altos custos iniciais, exigidos pelos capitais mercantilistas, especialmente em atividades de larga escala, como a produção de açúcar. Essa estrutura demandava retornos elevados e rápidos. Para atender a tais exigências, recorreu-se ao uso de grandes propriedades e ao trabalho escravo, o que permitia a padronização dos processos produtivos e a consequente redução de custos operacionais e informacionais, minimizando os riscos e acelerando o retorno do capital investido.

Em comparação, a formação de pequenas propriedades nas colônias do Norte da América deu origem a uma organização econômica distinta daquela observada nas colônias tropicais. Nessa configuração, o mercado interno precedia o externo: a produção destinava-se, inicialmente, ao atendimento das necessidades locais, sendo os excedentes direcionados ao comércio internacional. Andrade (1974) associa essa diferenciação ao uso da terra: por um lado, grandes empresas voltadas à exportação e dependentes de mão de obra escravizada; de outro, uma estrutura baseada na ocupação por pequenos proprietários e imigrantes livres, voltada à formação de um mercado interno.

Furtado (2007, p. 61) complementa que:

Essas colônias de pequenos proprietários, em grande parte auto-suficientes, constituem comunidades com características totalmente distintas das que predominavam nas prósperas colônias agrícolas de exportação. Nelas era muito menor a concentração da renda, e as mesmas estavam muito menos sujeitas a bruscas contrações econômicas. Demais, a parte dessa renda que revertia em benefício de capitais forâneos era insignificante. Em consequência, o padrão médio de consumo era elevado, relativamente ao nível da produção per capita. Ao contrário do que ocorria nas colônias de grandes plantações, em que parte substancial dos gastos de consumo

estava concentrada numa reduzida classe de proprietários e se satisfazia com importações (...)

North (2018) entende o custo de produção como a combinação entre o custo de transformação - ligado ao processo técnico de produção - e os custos de transação, que envolvem aspectos institucionais e organizacionais. Já Andrade (1974) destaca que o modelo de ocupação baseado em pequenas propriedades, como nas colônias do Norte da América, favorecia justamente a incentivos e a busca por eficiência tecnológica como estratégias para reduzir custos e ampliar a produção excedente, dada a ausência de escravos como meios de produção e a limitação da servidão temporária, de modo que os retornos se tornaram mais lentos que os apresentados na exploração escravista.

A tentativa de implantação de pequenas propriedades nas Antilhas inicialmente fracassou, sobretudo diante da concorrência das grandes plantações escravistas, que operavam com menores custos de produção. O modelo baseado em latifúndios escravistas reduzia a complexidade informacional da produção, o que, no curto prazo, favorecia a competitividade internacional. A concentração fundiária e o domínio sobre a força de trabalho proporcionavam um ambiente institucional estável, ainda que coercitivo, o qual garantia menores custos de transação e de mensuração, como apontado por North (2018).

Como os fatores de produção em sua quase totalidade pertenciam ao empresário, a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos desse empresário. Essa renda — a totalidade dos pagamentos a fatores de produção mais os gastos de reposição do equipamento e dos escravos importados — expressava-se no valor das exportações. É fácil compreender que, se a quase totalidade da renda monetária estava dada pelo valor das exportações, a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento de reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço financeiro daqueles fatores de produção de propriedade de pessoas não residentes na colônia. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior (...) o empresário deveria de alguma forma saber como combinar melhor os fatores para reduzir o custo de produção e maximizar sua renda real. (Furtado, 2007, p. 87)

Contudo, a especialização produtiva voltada à exportação gerava uma intensa dependência dos mercados externos, tornando a economia nacional extremamente vulnerável às oscilações internacionais de preços e demanda. A renda da terra - ou seja, a remuneração do capital fundiário - estava diretamente condicionada à dinâmica do comércio exterior, o que comprometia a constituição de um mercado interno integrado. Como observa Furtado (2007), as unidades produtivas operavam de forma isolada, com pouca comunicação e troca entre si, resultando em um quadro de desarticulação estrutural. Essa fragmentação espacial e funcional do sistema produtivo dificultava o surgimento de mercados locais em meio ao processo de alta especialização, perpetuando nas economias das regiões agrícolas exportadoras e dificultando o desenvolvimento de uma economia articulada.

A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa. (Furtado, 2007, p. 91)

A produção de açúcar, inicialmente marcada por um período de prosperidade graças ao quase monopólio exercido pelo Brasil no mercado europeu, entrou em declínio a partir do século XVII com a ascensão das plantações açucareiras nas Antilhas. Essas regiões passaram a reproduzir o mesmo modelo escravista agroexportador. Nesse contexto de crescente competição internacional, de forma que a competição com o poderio do capital fundiário assume-se como desvantajosa - passando a consolidar-se ainda mais, incorporando e diminuindo formas alternativas de organização econômica, como a pequena propriedade em meio ao mercado externo.

A penetração do açúcar nas ilhas caribenhas expeliu uma parte substancial da população branca nelas estabelecidas, boa parte que foi se instalar nas colônias do norte. Tratava-se, em grande parte, de pequenos proprietários que se viram na contingência de alienar suas terras e que se transferiram com algum capital. Por outro lado, o açúcar desorganizou e, em algumas partes, eliminou a produção agrícola de subsistência. (Furtado, 2007, p. 56 e 57).

Como destaca Wanderley (1979), o capital fundiário não sobrevive apenas como sua capacidade de adaptação às organizações econômicas e políticas, garantindo a

adaptabilidade para preservação do poder fundiário e dificultando transformações. Mesmo com a queda dos preços internacionais do açúcar, o modelo de grandes propriedades escravistas permaneceu dominante pelos séculos seguintes.

3.3 A trajetória dependente de Pernambuco considerando suas principais instituições: contribuição para a análise da formação econômica de Pernambuco, através da teoria institucional de Douglass North

Considerando a relevância das organizações econômicas e políticas formadas inicialmente na Europa, observa-se que o Brasil consolidou-se como uma grande empresa agroexportadora. Esse processo teve reflexos diretos na conformação da economia pernambucana, que se estruturou dentro dos limites tecnológicos disponíveis à época, voltando-se prioritariamente à produção voltada para o mercado externo. Nesse contexto, as relações sociais e econômicas internas foram moldadas em torno da produção açucareira, a qual se tornou o núcleo organizador dos contratos, instituições e formas de trabalho.

Engel e Deonti (2018) associam esse desenvolvimento histórico ao conceito de *path dependence*, enfatizando a importância dos momentos críticos que definem a trajetória das políticas de inovação. Tais marcos iniciais condicionam o curso dos eventos subsequentes, criando mecanismos de autorreforço institucional que limitam as possibilidades de mudança e mantêm a estabilidade de determinadas estruturas, mesmo diante de pressões por transformação.

Nesse sentido, Wanderley (1979) interpreta a persistência da monocultura açucareira como expressão de uma continuidade histórica - sem um processo de ruptura formal ou informal. Apesar das oscilações nos preços internacionais do açúcar, não se verificou uma ruptura significativa com esse modelo produtivo, que continuou a ocupar posição central na economia regional. Dessa forma, em meio aos conhecimentos já adquiridos dessa prática econômica, em que os custos tornam-se cada vez maiores de mudança.

Desse modo, observa-se um processo de avanço tecnológico marcado por uma dependência da importação de tecnologias externas, sem que houvesse, internamente, um esforço sistemático de incentivo à inovação. Tal dinâmica se insere na lógica dos ciclos econômicos identificados por Furtado (2007), nos quais o desenvolvimento produtivo brasileiro esteve historicamente vinculado à demanda externa e à reprodução de um padrão de especialização. A tecnologia, portanto, tinha pouco ou quase nenhum incentivo de ser reproduzida internamente, de modo a estimular a internalização do conhecimento técnico como base para o desenvolvimento endógeno.

É assim que a abolição da escravidão nas Antilhas Inglesas em 1836 - provocando sua desorganização temporária, num momento de expansão do consumo no mercado metropolitano - criava novas oportunidades para o açúcar brasileiro. As demais áreas produtoras do mundo iniciavam, então, seu processo de industrialização, estimuladas pelos efeitos da Revolução Industrial. As colônias francesas, inglesas, holandesas e a ilha de Cuba tinham um maior acesso aos equipamentos modernos e utilizavam novos processos para a fabricação do açúcar, que garantiam a elevação dos rendimentos industriais, a redução dos custos da produção e a melhoria da qualidade do produto fabricado. (Wanderley, 1979, p. 33 e 34)

Os momentos críticos observados ao longo do tempo estiveram relacionados, sobretudo, às transformações nos modos de produção, especialmente com a incorporação de inovações tecnológicas nas cadeias produtivas. Wanderley (1979) destaca o século XIX como um período de intensas mudanças, marcadas tanto pela consolidação política resultante da independência nacional quanto pelos impactos da Revolução Industrial - que trouxe consigo uma renovação tecnológica, embora o país enfrentasse obstáculos para se inserir plenamente nesse novo contexto produtivo.

Dessa forma, tais avanços não foram acompanhados por transformações estruturais significativas no padrão de distribuição fundiária. Essa permanência pode ser compreendida, em parte, pela capacidade adaptativa das organizações econômicas e políticas diante da abundância de fatores de produção locais, o que permitiu a continuidade de instituições que tendem a se autorreforçar ao longo do tempo.

Desde que a terra era abundante, sua utilização na cultura da cana determinava-se essencialmente pela disponibilidade de força de trabalho. Enquanto o preço dos escravos permaneceu acessível, pelo menos a uma grande parte dos proprietários, e sua importação assegurada com regularidade, pouco interesse poderiam ter os senhores de engenho por mudanças tecnológicas mais amplas, tanto

no setor agrícola como na fabricação do açúcar. (Wanderley, 1979, p. 36)

Segundo Wanderley (1979), a difusão dos direitos de propriedade permaneceu limitada, refletindo a persistência de uma estrutura social excludente, moldada pela lógica da dependência e da concentração fundiária. O senhor do engenho, enquanto detentor do capital fundiário, monopolizava não apenas os meios de produção agrícola, mas também o acesso à participação econômica e política. Essa concentração interferiu diretamente no ritmo e na direção do avanço tecnológico no campo, assim como na formulação dos contratos, que eram desenhados a partir dos interesses dessa elite.

(...) a Administração Provincial dominada pela oligarquia dos senhores de engenho, toma uma série de medidas de estímulo à produção açucareira: importação de equipamentos, contratação de técnicos estrangeiros para a montagem das máquinas, e divulgação de novos processos de fabricação. Autorizados por uma Lei Provincial de 1842, o Governo facilita a aquisição destes equipamentos aos proprietários de engenhos e coloca os técnicos à sua disposição. Em consequência destes fatores, diversas inovações tecnológicas foram sendo progressivamente conhecidas e introduzidas na fabricação do açúcar. (Wanderley, 1979, p. 34)

A grande ruptura no campo formal das instituições ocorre, de fato, em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, que aboliu juridicamente a escravidão no Brasil. No entanto, essa mudança representou uma transformação apenas no nível legal, sem alterar substancialmente a estrutura social e econômica vigente. Portanto, de acordo com Furtado (2007), a abolição formal da escravidão não significou a construção de um mercado de trabalho, mas sim a reconfiguração da dominação sob novas formas institucionais compatíveis com a lógica capitalista dependente e concentradora.

Wanderley (1979, p. 33) complementa:

A abolição do tráfico de escravos, no entanto, impôs não só uma maior generalização dos novos processos de produção, como uma reorientação das transformações adotadas. Dai por diante, a economia açucareira de Pernambuco deveria encontrar soluções não mais exclusivamente para a obtenção de maiores rendimentos industriais mas, sobretudo, para a necessária substituição da mão-de-obra escrava. São as próprias relações de produção que deverão ser modificadas.

Portanto, vemos como o desenvolvimento de Pernambuco é marcado pelas estruturas, destacadamente o monocultivo, a escravidão e o latifúndio, que marcam a sua trajetória dependente. Trata-se de um processo pautado pela continuidade e não pela ruptura, pelas mudanças institucionais. Aquilo que acontece em Pernambuco se vincula ao que a literatura nacional aborda como modernização conservadora. Talvez essas três instituições sinalizem mudanças institucionais para a promoção da modernização capitalista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que as instituições características da economia agroexportadora de Pernambuco foram formuladas externamente em meio a uma expansão mercantilista de ocupação do território, utilizando-se dos processos político e econômico a estabelecer organizações a formatar uma grande empresa exportadora de açúcar - graus de hierarquia, poder e barganha como a formatar a monocultura, o latifúndio e a escravidão. No entanto, mesmo diante de modificações institucionais quanto à forma, tais instituições não foram completamente abandonadas, de modo que as organizações políticas e econômicas tinham barganha das elites.

A literatura clássica oferece um bom instrumental analítico para compreender a configuração das instituições em contextos históricos específicos. Ela permite visualizar a dinâmica dos direitos de propriedade, o fluxo de renda e a organização dos fatores de produção, evidenciando a importância das instituições no processo de instalação de uma grande atividade econômica - como a agroexportação açucareira - em uma região que, até então, estava majoritariamente voltada ao modelo extrativista.

Esse arcabouço teórico também contribui para entender como as instituições foram moldadas para atender à lógica do abastecimento europeu, assegurando a concentração de recursos e o controle sobre a força de trabalho. Além disso, permite identificar os momentos críticos de mudança institucional - como o fim da escravidão -

e os mecanismos pelos quais as elites econômicas e políticas conseguiram manter sua posição de poder, mesmo diante de mudanças formais na estrutura institucional.

A monocultura continuou a exercer forte influência sobre a estrutura socioeconômica da região, perpetuando padrões de produção voltados para o mercado externo, ainda que sujeitos a ciclos de crescimento e crise no longo prazo. O latifúndio, por sua vez, não foi desintegrado com a decadência da economia açucareira; ao contrário, foi reforçado pela Lei de Terras de 1850, que restringiu o acesso à terra por parte dos setores populares. Já a escravidão, embora formalmente abolida apenas em 1888, foi sustentada por mais de 300 anos e, após sua extinção legal, não houve qualquer garantia de direitos ou inserção social para os ex-escravizados.

Desse modo, essas instituições se autorreforçam por meio da capacidade de barganha econômica das elites, que atuam estrategicamente nos processos políticos para preservar seus interesses e perpetuar a ordem estabelecida.

No curto prazo, essas instituições permaneceram ativas porque estavam articuladas a uma lógica de maximização do excedente econômico no menor tempo possível. Nesse contexto, as organizações - entendidas, à luz da teoria institucional de Douglass North, como agentes que operam dentro das "regras do jogo" institucionais - detinham significativo poder de barganha durante os processos de mudança. Desde os primórdios da formação econômica regional, mantiveram-se influentes, seja na figura hierarquizada do senhor de engenho, seja na consolidação de estruturas políticas alinhadas à manutenção da ordem vigente.

A construção mental que esses agentes econômicos estavam inseridos dificultou, baseada na naturalização da hierarquia social, da propriedade privada concentrada e da escravidão, limitou a emergência de alternativas institucionais inclusivas. Essa dimensão - isto é, a forma como os atores interpretavam e legitimam as instituições - foi crucial para a reprodução da ordem vigente. Desse modo, o alto grau de especialização da sociedade em torno do açúcar

A *path dependence* oferece uma poderosa lente analítica para compreender como decisões passadas moldam o curso das instituições e políticas públicas ao longo do tempo. Ao enfatizar os efeitos cumulativos, os momentos críticos e os mecanismos

de retroalimentação, essa abordagem permite identificar padrões de persistência institucional e as dificuldades de mudança em contextos historicamente estruturados.

A modificação institucional provocada pelo fim da escravidão, conservando a posse da terra para uma parcela da elite branca, representou um alto custo social. A população negra “liberta” passou de objeto de propriedade de uma elite para sujeitos de direito, porém sem capital, terras ou apoio estatal, sendo forçada a se adaptar à lógica do trabalho assalariado capitalista. A exclusão dos setores populares da participação efetiva na organização política e econômica da sociedade expressa as dificuldades e os altos custos de promover mudanças institucionais em contextos nos quais determinados grupos sociais são sistematicamente favorecidos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974. 223 p.

COSTA, Ana Monteiro. **A gênese do empresário gaúcho: instituições e modelo de construção mental**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2013. 171 p.

ENGEL, Vonia; DEPONTI, Cidonea Machado. **Studies in Social Sciences Review**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 360–376, set./dez. 2021.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Path dependency and institutional change. Perspectivas, São Paulo**, v.44, p.177-192, jul./dez. 2013.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2016. 234 p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2007. 352 p.

GALA, Paulo. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 2 (90), pp. 276-292, abril-junho/2003.

LOPES, Herton Castiglioni. **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 4 (133), pp. 619-637, outubro-dezembro/2013.

NORTH, Douglass. **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico**. Tradução: Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2018. 225 p. (Título original: *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press, 1990).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e Propriedade Fundiária suas articulações na economia açucareira de Pernambuco**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 145 p.